

## **Rede de Educação Cidadã - O Poder Popular: a “Forma Comunidade”**

Claudio Nascimento  
Conceição Paludo

“Quando não se deixa ver, não é porque desapareceu, ela simplesmente se torna invisível”.  
“Mas a toupeira sempre está cavando” (Emir Sader)

### **Introdução**

Em algumas conjunturas históricas, a sistematização é uma forma desocultar experimentações que ocorrem nas profundezas de um país. Neste sentido, a sistematização realizada pelos coletivos da Recid produziu um documento importante para se compreender como a ‘Toupeira’ se move no meio dos setores populares, dos mais oprimidos da sociedade. Mas, sobretudo, para conhecer o que a Toupeira constrói de alternativas. Deste modo, quando surgem as grandes ondas, os Tsunamis da História, rebeliões, revoltas e revoluções, não somos tomados de surpresas, porque elas são e serão sempre frutos de processos de longa duração. Nesse sentido, a sistematização da Recid, centrada na questão da construção do Poder Popular nos ajuda de perceber que o ‘galo’ canta e onde canta!

A leitura do ‘produto’ da sistematização realizada pelos coletivos da Recid nos põe, de imediato, a consciência de que uma abordagem ampla da práxis da Recid, em seus 10 anos de vida requer um método que articule a memória curta com a memória de longa duração. Esse método, fundamentalmente, possibilita compreender as inter-relações existentes entre os fatos e acontecimentos do passado no movimento do presente; permite articular estrutura e conjuntura, permite enxergar contradições e possibilidades que vão sendo forjadas.

Sob o olhar da memória longa, a Recid tem sua gênese na ação de Educação Popular desenvolvida nos anos 1970/1980 (que, por sua vez, nos remete aos anos 1960), primeiro na resistência a ditadura militar e, em seguida, no processo de democratização.

Neste período, em uma onda de longa duração, os setores democráticos e populares tornaram ‘robusta’ a sociedade civil do país, através do processo de ‘conscientização’ e da organização de base.

A disputa de hegemonia levou os setores a darem vida ao Projeto democrático-popular, que por três vezes disputou a Presidência do Brasil. A figura de Lula foi o mito para o qual convergiram todas as esperanças. Enfim, em 2002 esse projeto, costurando várias alianças, chegou ao principal cargo do poder executivo do Brasil. Foi um fato simbólico fundamental.

Mas, sem dúvidas, o longo e lento trabalho feito nas bases da sociedade teve um papel nesse processo. Partindo dessa constatação, Frei Beto imaginou a Rede que inicialmente se chamou “Talher”, por estar relacionada ao Programa Governamental de Combate à Fome. A ideia central era a de construir o Controle Social pelas bases, a partir da conscientização e organização de base da “população” do programa em questão. Uma forma de “socialização de base do poder político,” a partir das necessidades da população oprimida. Sem dúvidas, uma concepção freireana da política.

O período dessa sistematização abrange os anos de 2007 a 2010, partindo do ano em que foi construído coletivamente o Projeto Político Pedagógico. Esse constitui um período histórico da memória curta. Foi a partir daí que surgiu o Talher, com base na pedagogia freireana, se metamorfoseando em Recid, articulado dezenas de Movimentos Sociais espalhados pelo país. Isso foi realizado através de acompanhamento aos coletivos nos Estados, realizando encontros em diversos níveis e, principalmente, fazendo muitas oficinas de base. O processo de Talher à Recid é narrado neste documento, fruto da sistematização.

A originalidade e a contradição central da Recid estão em “ter um pé dentro e um pé fora do governo”. Significa a criação de um Espaço Público entre Governo e Sociedade. Como Instituição, enquanto memória curta, em seus 10 anos, é uma instituição governamental, mas como memória longa, recuperando e atualizando questões da Educação Popular e do projeto político, é movimento social-político-pedagógico, que retoma e ressignifica ‘velhas ‘questões’ da construção do Projeto Popular, do período de longa duração que vai de 1955 (Governo JK) até 1964 e, num segundo ciclo, que vai de 1974 até 1989.

No seu campo específico da ação educativa, a Recid ressignifica questões postas em dia pela práxis das CEBs, pastorais, escolas sindicais, Centros educação popular, movimentos culturais diversos (teatro, cinema, música, etc.).

E, neste caráter está sua riqueza, pois produz em seu interior as questões estratégicas que se colocam como desafios para os Movimentos Sociais e as esquerdas

na América Latina. As questões do PODER, ESTADO, do SUJEITO HISTÓRICO, da ECONOMIA, da EDUCAÇÃO, da CULTURA e da COMUNICAÇÃO.

Analisando a sistematização realizada podemos destacar alguns elementos fundamentais, tendo como eixo a questão do Poder Popular, no período de 2007 – 2010. É sobre esses elementos que trata o presente texto.

## **1 A atuação da RECID e a possibilidade de reflexão sobre o Poder Popular**

Percebe-se na sistematização que, como em muitos países, neste contexto neoliberal, marcado por profundas mutações nos Mundos do Trabalho, a Recid desenvolve sua práxis com ‘novos sujeitos’ e em novos espaços. .

Notamos nos textos dos vários Estados, que uma característica da práxis Recidiana é não ter uma grande presença, no que foi o espaço estratégico de construção do Poder Popular no ciclo anterior, ou seja, nos locais de trabalho, tipo fabrica-empresa, local de moradia, etc. No campo do mundo do trabalho, sua ação se centra e tem mais força nas experiências da economia solidária: no trabalho associado e autogerido.

A sua práxis se desenvolve no que podemos chamar Territórios de Comunidades, desenvolvendo no campo específico da Educação Popular, em processos não formais, o Potencial do Poder Popular para os anos vindouros, em que suas expressões poderão adquirir formas mais amplas, como dizemos, preparando os setores oprimidos para um novo ciclo de ascensão das lutas populares.

Nos escritos dos Estados vemos que, através das respostas à questão da Sistematização (“A construção do Poder Popular”) sua práxis é ‘germinal’, e ‘prefigurativa’. “Seus coletivos são, como dizia D. Helder Câmara, “Minorias Abraamicas”, ou ‘testemunhos vivos’ de prefiguração do “Inédito Viável” de Freire.

A leitura dos textos dos Estados, nas ações educativas e nas articulações, mostra como, através de infinidades de “oficinas de base”, das “Cirandas de Educação Popular”, e vários encontros municipais, regionais e nacionais, a Recid conscientiza e mobiliza sujeitos sociais que forjam em seus movimentos projetos políticos próprios que tem, de modo claro ou intuído, o eixo do PODER POPULAR.

Acompanhando as experiências dos Estados, percebemos na sistematização que nestes 10 anos, a Recid já construiu um patrimônio fundamental no campo da Educação Popular: depois da primeira sistematização desenvolveu o Projeto Político Pedagógico, o Plano Nacional de Formação, e traçou linhas de Políticas Públicas em relação à Educação Popular, retomando a experiência de Paulo Freire à frente da Prefeitura de

São Paulo, no Governo Erundina. Além de ter construído um material riquíssimo de Comunicação em várias Linguagens (vídeos, textos, folders, cartazes, cartilhas, etc.).

Na narrativa das ações de alguns coletivos estaduais (regiões do Norte, sobretudo da Amazônia e do Sul, sobretudo RS) também percebemos que a Recid, nos últimos anos, se articulou em nível Continental, seja participando em Fóruns Sociais Mundiais ou Continentais (Missões, Amazônico), seja em seminários latino-americanos sobre temas da Educação Popular, em conjunto com CEAAL (sistematização, poder popular, etc.).

Neste sentido, sua concepção de “Projeto de Sociedade” abarca o conjunto de questões estratégicas, tanto de Governos quanto de Movimentos Sociais e das experiências em curso na América Latina e Central. Desse modo, constrói a sua contribuição ao novo internacionalismo, que se forja na atualidade, na América Latina.

A leitura e análise do conjunto de material produzido pelos coletivos nos 27 estados do Brasil levam a algumas reflexões sobre a questão atual da construção do Poder Popular e de sua ressignificação neste novo ciclo.

## **2 A ressignificação do Poder Popular na America Latina-Central - formas diversas de Poder Comunal**

Nas experiências atuais, o Poder Popular-comunal é “Potência” que traz em si a Utopia Concreta, o “Inedito Viável” (Paulo Freire) e o “ainda-não-ser” (E.Bloch).

Nossa leitura aporta elementos do campo metodológico das ciências sociais da America Latina, que buscam refletir as experiências em curso e, sem dúvidas, muitas das idéias em desenvolvimento em nosso Continente.

Em um olhar na linha de uma onda de longa duração, ou memória longa, vemos que as diversas tentativas dos trabalhadores de “assalto ao Céu”, na verdade, significam ensaios de construção dos ‘órgãos de poder popular’, muitas vezes antagônico ao núcleo fundamental do metabolismo do Modo de Produção Capitalista.

São os casos de revoluções ativas de massas, e também de revoltas e rebeliões. Nestes momentos, os trabalhadores fundam órgãos de autogestão que são, na verdade, órgãos de caráter Comunal.

Se, no campo da ‘memória curta’, tomamos a experiência da Polônia, de 1980-81, como ponto de chegada, de um longo ciclo iniciado no pós-guerra, um novo ciclo se iniciou nos anos de 1990 e 2000, na América Latina: possivelmente, com a rebelião

indígena em Chiapas, em 1994, retomando os ideais do Zapatismo da Revolução Mexicana, de 1910-11.

Por um lado, de uma forma em que o Potencial está se tornando “Realidade” de forma mais explícita, olhando o movimento “Desde Abajo”, como nas experiências em curso na Venezuela e Bolívia, Equador, e, de forma menos explícita e consolidada, até duvidosa, em países como Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru.

Se recuarmos nas temporalidades, cascavilhando no campo da “memória longa”, estas expressões do poder popular de forma comunal, podem ser encontradas desde as experiências dos 'comites revolucionarios' nos 1948, nos bairros de Paris, no curso da Revolução Francesa de 1789, nos anos 1893-94, em que os 'sans-culote' criaram seus órgãos revolucionários de poder.

E, sobretudo, temos a experiência fundante (“A forma enfim encontrada”, disse Marx) da Comuna de Paris, em 1871, quando as fábricas passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores; e o povo de Paris forjou uma proposta de Gestão do conjunto da cidade.

A Comuna influenciou todas as lutas revolucionárias que a sucederam, como o Soviet de Petrogrado, em 1905, e, sobretudo, a Revolução de 1917, em que a palavra de ordem central foi de “Todo o Poder aos Soviotes”, isto é, aos 'órgãos de gestão popular', surgidos em todos os espaços da sociedade russa: nas fábricas, bairros, parlamento, campo, estudantes, etc.

Em Nuestra America, a experiência que já podemos situar no campo da memória longa, na década de 1970, é a Unidade Popular do Chile de Allende, em que foram fundados órgãos de poder popular: os Cordões Industriais, redes que articulavam fábricas geridas pelos operários e juntas de bairros. Inclusive pré-figurando uma Assembléia Popular.

Como já assinalamos acima, o último rebento do ciclo iniciado nos pós-guerra, foi na década de 1980, na Polônia, dando seqüência a uma onda larga, iniciada em 1953-56, de revoltas, rebeliões e revoluções. No campo das sociedades pós-capitalistas do Leste Europeu surgiu a Rede Autogestionária que controlava as 3.000 maiores empresas do país, articulada ao “Sindicato Livre Solidariedade”. Em seu Congresso, que durou 2 semanas, os trabalhadores construíram como Programa Máximo, “A Republica Autogestionária” da Polônia.

Com as lutas na Polônia, possivelmente, se encerrou o ciclo sob hegemonia da “velha classe operária” centrada nos grandes centros industriais. Esse ciclo teve como

centro do Projeto Popular a fábrica, e como expressões políticas o Sindicato e o Partido, com a particularidade de que, nos países do chamado ‘socialismo real’, devido à fusão entre Partido-único e Estado, o Sindicato expressou os anseios do conjunto dos setores populares e cidadãos.

A experiência do Chile de Allende também teve o movimento operário como sujeito principal, através da CUT chilena, implantada nos locais de trabalho.

O atual ciclo porta novas características do Poder Popular, que assume a ‘Forma Comunidade’.

A velha Toupeira mudou de espaço geográfico nos anos subseqüentes e assumiu, na América Latina e Central, a ‘Forma Comunidade’.

E veio à tona, sobretudo nos Andes, com milhares de Índios, através de insurreições diversas e outras formas de luta, organizações e poder popular, com “caráter comunal”. Mas, incorporando a experiência acumulada no ciclo anterior pelos trabalhadores do campo-cidade nos Partidos e Sindicatos.

O Documento da Equipe Nacional da Recid, para debate sobre o poder popular, já refletia essa nova conjuntura:

”As experiências históricas, guardando a especificidade de cada país, demonstram que a construção do novo poder e de uma contra-hegemonia, nas sociedades da América Latina, só se dão na medida em que conseguem construir um sujeito político plural, múltiplo, a partir de sua diversidade étnica e cultural.”

Esse longo ciclo de lutas pela emancipação do trabalho é um fenômeno de tamanha profundidade que demanda estudos no campo da filosofia, precisamente da “ontologia do ser social”. Se, por um lado, essa longa história de experiências de emancipação vem marcada por derrotas, por outro lado, essa utopia concreta não se extinguiu, não morre, está sempre presente ao longo processo histórico.

É como um ‘fio condutor’, sempre marcando e sempre vindo à tona nos momentos históricos de virada de onda. Por isso, sua fundamentação é algo permanente na sociedade. E, assim, demanda articulação de temporalidades várias, memórias curtas e memórias longas, História e Cotidiano.

Anton Pannekoek, que estudou esse fenômeno e chamou de “Conselhos Operários”, mas que, na verdade, são Formas Comuns de Poder Popular, dizia que:

Conselhos Operários, isso não distingue uma forma de organização fixa, elaborada de uma vez para todas e em que só ficaria a tarefa de corrigir, aperfeiçoando detalhes; trata-se de um princípio, o princípio da autogestão operária das fábricas e da produção(...) Trata-se unicamente de um Fio Condutor para uma longa e dura

luta de emancipação que a classe operária tem ainda diante dela” (PANNEKOEK, 1982, p.7).

E, historicamente, sua forma primeira e mais delineada, surgiu com a Comuna de Paris. A “Forma política enfim descoberta para levar adiante dentro de si a emancipação econômica do trabalho”(MARX, 1977, p.67).

Assim, podemos falar de “Principio do poder comunal” ou “Principio da autogestão”, que pode tomar muitas e diversas formas: conselho operário, camponês, de bairro, como práxis revolucionária de muitos e plurais sujeitos históricos, operários, camponeses homens e mulheres, jovens e adultos, estudantes, soldados, índios e quilombolas.

### **3 A Recid e o Poder Popular**

No Continente latino-americano-central, as experiências da Forma Comunidade são fenômenos de ‘longa duração’ e fazem parte do processo civilizatório das comunidades indígenas, dos povos originários.

Por exemplo, o ‘AYLLU’<sup>1</sup> peruano têm sua origem no pré-Incaico “ayllu”, o qual se perde na nebulosa da pré-história americana. O mais provável é que a origem do “ayllu” seja paralela à conversão do nômade em sedentário. O “Ayllu” foi à célula comunitária do Império Inca.

Tão grande é à força da comunidade agrária nos Andes que a mesma se manteve desde o pré-incaico até nossos dias, apesar da obra devastadora da Conquista, que arrasou durante os primeiros anos as mais recônditas cavernas dos Andes.

Através das idéias do marxista peruano Mariategui fica claro o caráter coletivista e mesmo autogestionário da Forma Comunidade. Em seu “7 Ensaio”, ao criticar o método liberal-individualista, o autor fala destas experiências como base para um possível “Socialismo Indo-americano”.

Diz Mariategui: “considero fundamentalmente esse fator incontestável e concreto que dá um caráter peculiar a nosso problema agrário: a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e na vida indígenas” (MARIATEGUI, 2008, p.69).

---

<sup>1</sup> ‘Ayllu’, em quéchua, significa “grupo de parentes”.

Para Mariátegui, estes elementos surgiram no Peru em tempos pré-incaicos e se desenvolveram junto com uma economia que se desenvolvia “espontânea e livremente”, até a Conquista Espanhola. O que significa que estes elementos não foram eliminados ou afetados pelos Incas, que estes não alteraram esse estado natural; pelo contrário, segundo Mariátegui, o “potenciaram”: “O trabalho coletivo, o esforço comum, foram empregados frutuosamente com fins sociais.” Deste modo, estes elementos garantiram a subsistência e o crescimento da população. No marco do Império Inca, as comunidades foram às células de um Estado “dinâmico”.

Com a Conquista espanhola, veio uma nova “Visão de Mundo”, como bem disse René Zavaleta:

Os espanhóis trouxeram o sentimento do ouro, isto é, as noções de abundância e carência, desconhecidas naquela cultura coletivista e também, por consequência, as idéias da solidão, a concorrência e o indivíduo. É o idioma da ambição que, no gold rush da Conquista, constrói o mito do Eldorado, cuja versão altoperuana é o Grande Paititi, perdido ou escondido na manigua inacessível de Moxos (ZVALETA, 1967.p.19).

A análise da sistematização da Recid permite dizer que sua principal contribuição é em longo prazo e consiste em contribuir para que cada educador-lutador social descubra seu próprio Poder Popular e descubra que ele se transforma em força social junto com os poderes dos demais, que pertencem aos extratos populares da sociedade. Nesta dimensão de longo prazo, a Recid constrói um diálogo com as tradições, as temporalidades, os saberes, enfim, as cosmovisões dos movimentos “societários” condensadores de sociedades em movimento, portadores de projetos civilizatórios.

Estas contribuições tem sua fonte de saberes nas Oficinas de Base, espaços de Rodas de Conversas, trocas e produção de saberes novos e saberes ‘antigos’. E, vem à tona nas Cirandas de Educação Popular, nos Encontros regionais-nacionais. Essa perspectiva foi a que permitiu a formulação do Projeto Político Pedagógico nos termos em que se coloca e possibilitou a escolha da análise do Poder Popular como eixo da sistematização.

A Recid, assim, eleva a nível macro a dialogicidade freireana, do campo da ação educativa ao campo da construção de uma contra-hegemonia disputando e construindo novos espaços no Estado e na Sociedade.

Neste momento do processo histórico, a sistematização mostra que devemos pensar o Poder Popular a partir das experiências que nas últimas décadas, inclusive nos



últimos anos, tornaram possíveis outras perspectivas e mudaram algumas formas de percepção. De modo mais específico, pensar o Poder Popular desde as práticas das organizações populares.

Diversos autores<sup>2</sup> da América Latina-central assinalam que existe um Sistema Comunal que se expressa em formas econômicas e políticas: a propriedade coletiva dos recursos e o manejo ou usufruto privado dos mesmos. No sistema da propriedade coletiva há a deliberação coletiva e a rotatividade da representação. O representante não é designado para mandar, senão para “simplesmente organizar o curso da decisão comum” (ZIBECHI, 2006.p.38). Esse sistema comunal possui as características e princípios da experiência da ‘Comuna de Paris’.

A economia do sistema comunal exclui a exploração ou apropriação do trabalho alheio, já que os bens coletivos são usufruídos em forma privada/familiar. Da mesma forma, não existe o trabalho alienado, já que a família e seus membros controlam os modos e ritmos de produção, não estão sujeitos a outro controle que não seja o da comunidade (PATZI, 2004, p.171).

Na esfera do poder político, a figura do representante comunal é oposta a que conhecemos na política tradicional (...). Nas comunidades a representação não é voluntária, mas obrigatória e rotativa. A diferença da lógica neoliberal, na comunitária não se elege o mais capaz ou o mais instruído ou inteligente, mas apenas simplesmente ao que lhe toca o turno( ...) Como a representação não opção mas um dever que se presta a comunidade, que todos a seu turno devem prestar se querem seguir usufruindo dos bens comunais (terra, água, pastos) (ZIBECHI, 2006, p. 39-40).

Nas análises de Raul Zibechi fica claro que as grandes mobilizações ocorrem porque há uma densa rede de relações entre as pessoas. Relações que são também formas de organização. Na vida cotidiana são as relações de vizinhança, de amizade, de companheirismo, de compadrio, de família. Essas são relações/organizações também importantes. Essas relações de caráter comunitário portam forças enormes e é dentro delas onde se constroem os movimentos de insurreição.

Esse parece ser o rumo que a Recid está dando para sua ação de Educação Popular. No Documento sobre o Projeto Político Pedagógico da Recid, para o debate no 10º encontro Nacional (2010), pode ser lido que na perspectiva emancipatória a construção do Poder Popular

É processo através do qual os locais de vida (trabalho, lazer, moradia, etc.) das classes populares se transformem em órgãos coletivos, constituintes de um poder

---

<sup>2</sup> Alvaro Linera Garcia, Emir Sader, Luis Tápia, Félix Patzi, Réne Zavaleta, entre outros.

social alternativo e emancipatório que permita avançar na construção e consolidação de um campo contra-hegemônico. “É, portanto, um espaço de antecipação, prefiguração de uma nova ordem social, política, econômica e cultural.

A construção do poder popular implica uma transformação radical do Estado que articule a ampliação e o aprofundamento das instituições da Democracia Representativa e das Liberdades Democráticas, conquistas das lutas, com a construção de formas de Democracia Direta na base e também de formas de Autogestão.

Se buscarmos em MARIATEGUI, os 3 eixos sobre os quais definia o socialismo indo-americano podem ser identificados nas sociedades comunitárias dos Andes: O Princípio da “ Forma Comunidade.”

- a socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social;
- a socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade; enfim, a democracia direta;
- a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade.

Estes elementos estão ‘engravitando’ o processo histórico, lentamente, mas de forma que se pode percebê-los. E a Recid, em sua práxis, tal qual a velha Toupeira, segue seu caminho, apesar das contradições inerentes a condição de ter ‘um pé dentro e um pé fora do governo’.

### **Referências Bibliográficas**

Documento da equipe nacional da RECID. *Construindo o poder popular*. Debate para o 10º Encontro Nacional, 2010.

LINERA, Alvaro Garcia. *A Potência Plebeia*. Boitempo editorial/Clacso, 2010.

MARX, Karl. *La Guerra civil em Francia*. Moscou: Editorial Progreso, 1977

MARIATEGUI, J.C. *Os Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*. SP: Editora Expressão Popular/Clacso, 2008.

NASCIMENTO, Claudio. *Do beco dos sapos, pelos canaviais de Catende, aos Caracóis de Nuestra America: Autogestão, poder comunal, socialismo*. Digitado, 2010.

PATZI, Félix. *Sistema Comunal, una propuesta alternativa al sistema liberal*. La Paz: CEA, 2004.

PANNEKOEK, Anton. *Les Conseils Ouvriers*. Paris, 1982.

PATZI, Felix. *Economia Comunera y explotacion capitalista*. La Paz: EDCOM, 1996.

SADER, Emir. *A Nova Toupeira*. Boitempo editorial, 2009.

TAPIA, Luis. *Turbulências de fin de siglo*. La Paz: IINCIP, 1999.

ZIBECHI, Raúl. *Dispersar El Poder*. Buenos Aires: Tinta Limon Ediciones, 2006.

ZAVALETA, René. *Bolivia, el desarrollo de la conciencia nacional*. Monevideo: Editorial Dialogo, 1967.